

ACM critica Judiciário

O presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), classificou ontem o Poder Judiciário de "um entrave" ao desenvolvimento do país. Ele elogiou a cúpula do Supremo Tribunal Federal (STF), mas bateu forte na Justiça do Trabalho. Os membros da instituição, segundo ele, "têm uma visão vesga contra os empresários, e isso para que possam assegurar o seu lugar".

As declarações foram feitas por ACM em São Paulo, pela manhã — durante o fórum promovido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) — e tiveram repercussão horas depois, em Brasília, em um recinto repleto de juristas, juízes, ministros de tribunais superiores, advogados e políticos: o plenário do Superior Tribunal de Justiça, durante a cerimônia de posse do novo presidente, ministro Américo Luz.

RESPOSTA

Escolhido para saudar o novo presidente em nome do tribunal, o ministro Cid Fláquer Scartezzini condenou a intromissão de autoridades nas decisões do Judiciário e reclamou do excesso de medidas provisórias assinadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Numa resposta ao presidente do Congresso, Scartezzini disse que cabe ao Legislativo aprovar as leis que modernizam a Justiça.

"Está-se fazendo muita medida

provisória. Está-se legislando muito através de medida provisória. A medida provisória é um caso de emergência. De ultra-urgência", disse o ministro.

O ministro Scartezzini disse isso diante de mais de 200 autoridades, entre elas o presidente em exercício, Marco Maciel; os ministros da Previdência, Reinhold Stephanes; da Justiça, Iris Resende; da Administração, Bresser Pereira; do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro; de ministros do Supremo Tribunal Federal e de políticos como o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque.

O presidente em exercício, Marco Maciel, entrou na discussão de maneira diplomática. "Não se pode falar em reforma do Judiciário sem falar em reforma política", disse.

O ministro Américo Luz, 69 anos, assumiu a presidência do STJ, em substituição ao ministro Romildo Bueno de Souza, prometendo investir na informatização da casa.

Ele foi cumprimentado pelo presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), jornalista Paulo Cabral de Araújo, também presidente dos *Diários Associados*.

O novo presidente do STJ não cumprirá os dois anos de mandato à frente do tribunal, já que completará 70 anos em fevereiro do ano que vem e terá que se aposentar compulsoriamente, como manda a lei. No lugar dele, assumirá o vice, ministro Antônio de Pádua Ribeiro.